

1 **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF**
2 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 7º andar – Palácio das Araucárias
3 CEP 80530-915 – Curitiba – Paraná

4 **Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR**

5 Reunião Ampliada e Descentralizada de Novembro de 2022

6 No dia 10 e 11 de novembro de 2022, realizou-se a segunda reunião descentralizada e ampliada do
7 CEAS/PR, na cidade de Foz do Iguaçu, no auditório da SINEFI - Av. Tancredo Neves, 5605 - Conjunto B -
8 Jardim Itaipu – 85867-000, Foz do Iguaçu, com cerca de 300 participantes, dentre eles conselheiros
9 estaduais e municipais de Assistência Social, equipes de referência dos equipamentos e serviços
10 socioassistenciais de diversos municípios paranaenses, e usuários da Política Pública de Assistência Social,
11 com o objetivo de ampliar o alcance das reuniões do CEAS/PR, e fortalecer o debate democrático
12 apontando discussões sobre temas relevantes para o fortalecimento do SUAS e amadurecimento das
13 ferramentas técnicas e operacionais para se trabalhar o controle social do Estado do Paraná. Promovendo a
14 reflexão acerca do Controle Social, sobre os desafios pós período de pandemia, que exigem maior
15 adequação na gestão dos serviços, planejamento e organização, garantindo a Proteção Social e as ações
16 socioassistenciais dentro do trabalho em rede. A reunião teve início no dia 10 de novembro de 2022, com o
17 processo de credenciamento dos participantes, seguido pela mesa de abertura, marcada pela apresentação
18 cultural, que deu as boas-vindas a todos os presentes. Posteriormente, Aldenora Gomes Gonzales,
19 representando o Fórum de Usuários do SUAS, proferiu uma palestra sobre os desafios enfrentados pelos
20 usuários do sistema. A mesma registrou que os desafios enfrentados pelos usuários do sistema de
21 assistência social são multifacetados e podem incluir questões como acesso limitado aos serviços,
22 discriminação, falta de informações sobre direitos e benefícios, entre outros. A mobilização dos fóruns de
23 usuários do SUAS desempenha um papel crucial na busca por soluções para esses desafios. Esses fóruns
24 permitem que os próprios usuários se organizem, expressem suas necessidades e demandas, e participem
25 ativamente na formulação e avaliação das políticas públicas de assistência social, garantindo que estas
26 estejam alinhadas com as necessidades reais da população atendida. A fala da palestrante foi seguida por
27 um debate moderado. Após o debate, os participantes desfrutaram de um intervalo para o almoço.
28 Retomando as atividades, Silmara Carneiro e Silva apresentou uma palestra sobre os desafios do controle
29 social, pontuando que os desafios do controle social referem-se à capacidade dos órgãos e entidades
30 governamentais e da sociedade civil de monitorar e fiscalizar a implementação das políticas sociais,
31 incluindo a assistência social. Isso envolve questões como transparência, acesso à informação, participação
32 efetiva da sociedade na tomada de decisões e mecanismos eficazes de prestação de contas. A garantia do
33 controle social é fundamental para assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada
34 e que os serviços socioassistenciais atendam às necessidades da população de forma eficaz e justa. Na
35 sequência, foi realizada uma palestra sobre o papel dos Conselhos frente à fiscalização e monitoramento
36 dos serviços socioassistenciais, onde salientou-se que o papel dos Conselhos de Assistência Social frente à
37 fiscalização e monitoramento dos serviços socioassistenciais é de extrema importância, pois os mesmos
38 são instâncias deliberativas e de controle social que têm como responsabilidade acompanhar e fiscalizar a
39 execução das políticas de assistência social, garantindo sua adequação aos princípios e diretrizes do
40 SUAS. Isso inclui a verificação da qualidade dos serviços prestados, o cumprimento dos critérios de acesso,
41 a regularidade dos repasses de recursos, entre outros aspectos. Ao exercer essa função, os Conselhos
42 contribuem para a efetividade e aprimoramento contínuo do sistema de assistência social. Após uma intensa
43 troca de ideias e experiências nos debates, a mesa encerrou as atividades do primeiro dia. No dia 11 de
44 novembro de 2022, iniciou-se as atividades do segundo dia de reunião, a plenária teve início com a
45 conferência dos presentes, seguida pela aprovação da ata ordinária de julho. Realizou-se um debate sobre
46 os desafios do controle social, onde foram discutidas questões pertinentes ao tema, regatando os trabalhos
47 do primeiro dia. A mesa diretora salientou que a mobilização dos fóruns de usuários do SUAS é essencial
48 para fortalecer a participação da sociedade na fiscalização e no monitoramento dos serviços
49 socioassistenciais, ampliando a capacidade de identificar e enfrentar os desafios enfrentados pelos
50 usuários. Por sua vez, o papel dos Conselhos de Assistência Social é crucial para garantir que essa
51 fiscalização seja realizada de forma sistemática e eficaz, promovendo a transparência e a cogestão dos
52 recursos aplicados no aprimoramento dos serviços públicos. Assim, o controle social emerge como uma
53 ferramenta poderosa para superar os obstáculos e promover a melhoria contínua da assistência social em
54 benefício daqueles que mais necessitam. Após o debate, os participantes desfrutaram de um intervalo para
55 o almoço. Retomando os trabalhos, deu-se continuidade à plenária, culminando na elaboração da Carta de
56 Foz do Iguaçu, documento que registrou as deliberações e conclusões do evento com o seguinte texto:
57 “Resgate do SUAS e alicerçamento do Controle Social por meio do fortalecimento dos Fóruns de Sociedade
58 Civil” Nós, os Conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência Social, reunidos na segunda reunião
59 Descentralizada Ordinária e Ampliada do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, realizada
60 nos dias 10 e 11 de novembro no Auditório do SINEFI, localizado na Av. Tancredo Neves, 5605 - Conjunto B
61 - Jardim Itaipu – 85867-000, Foz do Iguaçu – PR, que contou com a presença de cerca de 300 participantes,
62 representando os Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios paranaenses, Presidentes,
63 Vice-Presidentes, Secretárias/os Executivas/os e Conselheiros Titulares e Suplentes do CEAS/PR,

64 representantes dos Serviços Municipais da rede socioassistencial e equipes técnicas dos Escritórios
65 Regionais da SEJUF. A Reunião Descentralizada Ordinária teve por objetivo discutir os desafios do controle
66 social e a capacidade dos conselhos no monitoramento e fiscalização dos serviços socioassistenciais,
67 fazendo cumprir o papel do CEAS/PR que consiste no assessoramento e interlocução com o CMAS,
68 oportunizando espaço de aprofundamento de prática conselhistas, e técnico. Destacou-se entre as principais
69 funções do Conselho Estadual, a atuação próxima aos municípios, ampliação do debate democrático e
70 cooperação para discussão sobre temas de importância para o fortalecimento do SUAS, e amadurecimento
71 técnico-político do controle social no Estado do Paraná. A reunião descentralizada e ampliada com os
72 Conselhos Municipais contou com três momentos de palestras e debates, com temas elencados a partir das
73 discussões atuais que permeiam a Política de Assistência Social no Paraná e no Brasil, que foram: Desafios
74 do Controle Social: Planejamento e Organização; O papel dos Conselhos frente a Fiscalização e
75 Monitoramento dos Serviços Socioassistenciais e, principalmente, Espaço para o fortalecimento do Fórum
76 de Usuárias/os do SUAS no Paraná. A temática nos remete a pensar sobre os desafios do Controle Social,
77 sobretudo após o período da Pandemia de COVID 19 – Onde as reuniões dos conselhos passaram a ser
78 realizadas totalmente de forma on-line. Esse momento exigiu adequação na gestão dos serviços,
79 planejamento e organização, para que fosse possível analisar o desafio da continuidade na cobertura dos
80 serviços e benefícios socioassistenciais, garantindo a Proteção Social aos indivíduos e famílias, reajustando
81 as demandas, e o trabalho em rede, nesta nova configuração de pandemia e pós-pandemia. Manifestamos
82 ainda que a vigilância socioassistencial consiste em prerrogativa técnica e política, visando aprimorar e
83 institucionalizar funções de monitoramento e avaliação na gestão, para que a utilização de dados
84 retroalimente o planejamento da política pública de Assistência Social, seus serviços, programas e
85 benefícios socioassistenciais. Ressaltamos a importância da retomada do Fórum de Usuárias/os do SUAS
86 na defesa e promoção dos direitos socioassistenciais, sempre na visão da ampliação das conquistas e
87 consolidação das demandas específicas do segmento. A respeito do Espaço para o Fórum de Usuárias/os
88 do SUAS - FEUSUAS elencamos como prioridade as ações: • Sensibilizar os municípios para a criação de
89 coletivos de usuárias/os do SUAS por equipamentos sociais (CRAS, CREAS, Centro Pop e outros); •
90 Divulgar amplamente a Carta de Princípios e Regimento Interno do FEUSUAS/PR, homologada nesta
91 reunião descentralizada a todos os municípios do Paraná; • Legitimar a nova Coordenação do
92 FEUSUAS/PR referendada nesta reunião descentralizada, composta por 15 representantes, validar e indicar
93 representação deste coletivo para o Fórum Nacional de Usuárias/os do SUAS – FUNSUAS; • Publicizar por
94 meio de ofícios a todos os municípios e CMAS, a convocação para Usuárias/os do SUAS para reunião on-
95 line por Plataforma Google Meet na primeira sexta-feira do mês de dezembro, dia 02/12/2022, às 14 horas; •
96 Mobilizar os municípios e regiões do Paraná para implantação de Fóruns Municipais e Regionais de
97 Usuárias/os do SUAS e articular a indicação de representantes de Usuárias/os de cada um dos 24 territórios
98 por região, conforme descentralização política da Assistência Social no estado do Paraná. • Garantir espaço
99 para publicização das matérias e documentos do FEUSUAS/PR no site do CEAS/PR; Considerando os
100 Desafios do Controle Social: Planejamento e Organização, pautamos a necessidade do constante
101 investimento na formação de cada segmento, visando a eleição das ações específicas que respondam às
102 demandas, garantindo formação continuada e estrutura adequada para a participação social nos conselhos.
103 Assim, são urgentes ações de planejamento que elejam as prioridades de educação permanente tanto para
104 as equipes de referência, quanto para conselheiros municipais. Apresentamos a realização de formação e
105 qualificação com os Conselheiros Estaduais do Paraná, bem como, o encaminhamento em atual processo
106 de construção, sobre a replicação deste processo formativo com todos os Conselhos Municipais de
107 Assistência Social. Ainda, sendo uma prioridade fomentar estratégias intersetoriais de enfrentamento à
108 insegurança alimentar. No debate realizado em plenária, destacamos também a importância de construir
109 orientações técnicas operacionais para instrumentalizar e delimitar as atribuições das/os Secretárias/os
110 executivas e suas equipes. Além disso, foi discutida a necessidade de estudos, partilha de informações e
111 orientações a respeito da legitimidade dos segmentos da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais e
112 Estadual de Assistência Social. Considerando o acesso às informações divulgadas por e-mail e no site do
113 CEAS/PR, garantir que as deliberações sejam amplamente divulgadas, com tempo hábil para o
114 conhecimento, análise e organização do município para o devido acesso aos recursos. Posto isto,
115 incentivamos que os Conselhos Municipais de Assistência Social solicitem a criação de e-mails institucionais
116 e disponibilizem, em cada regional, contatos atualizados para o aprimoramento do processo de publicização
117 das matérias do CEAS/PR. Ademais, sobre as Deliberações do CEAS, ressaltou-se a necessidade de
118 ampliação nos prazos para leitura, estudos, apreciação e aprovação destes documentos, para melhor
119 qualificação e execução da política de assistência social. A fim de garantir a operacionalização dos
120 trabalhos, indicamos que as leis municipais e os Regimentos Internos dos Conselhos de Assistência Social
121 sejam revisitados e atualizados no intuito de contemplar as atribuições das secretarias executivas e sua
122 equipe de referência. Ainda, promovendo a capacitação e formação continuada das secretarias executivas
123 dos 399 conselhos municipais de Assistência Social. Considerando o papel dos Conselhos frente a
124 Fiscalização e Monitoramento dos Serviços Socioassistenciais indicamos a ampliação das reflexões sobre a
125 metodologia de trabalho social das equipes do PAIF e desenvolver ações de formação continuada
126 regionalizada. Em relação à PEC 383/2017 necessário se faz mobilizar os CMAS para realizar o debate e

127 organizar ações articuladas de apoio à vinculação do orçamento, além da revogação imediata da Portaria
128 2362/2018. Destacamos também o repúdio a redução em 96% (noventa e seis por cento) de recursos
129 federais para a assistência social no Projeto de Lei Orçamentária – PLOA-2023. Sobre a gestão financeira e
130 orçamentária do SUAS, destacamos e reconhecemos que as emendas parlamentares não garantem a
131 continuidade de serviços de qualidade, que possam atingir os objetivos da Política de Assistência Social.
132 Assim, registramos a necessidade dos recursos continuados com aplicação adequada à lógica dos serviços,
133 programas e benefícios. No que tange ao repasse de recursos financeiros fundo a fundo pelo governo do
134 Estado do Paraná, destacou-se no debate, a dificuldade em que os municípios têm em preencher inúmeros
135 Planos de Ação e realizar diversas Prestações de Contas. Deste modo, propõe-se o encaminhamento de
136 estudos e planejamento para alteração dos repasses estaduais para Piso Único e da alteração do processo
137 de prestação de contas de semestral para anual. De modo a apoiar a descentralização, a abrangência e a
138 garantia da participação dos CMAS, comunidade e demais agentes da Política de Assistência Social,
139 reforçamos a necessidade da realização anual de reuniões descentralizadas e ampliadas do CEAS/PR,
140 recomendando a inclusão desta prática continuada no Regimento Interno deste Conselho, para garantir a
141 execução orçamentária e administrativa deste espaço democrático de diálogo e participação dos municípios
142 por meios dos Conselhos Municipais. Ressaltamos ainda, a importância de ações e capacitações que visem
143 o fortalecimento da Proteção Social, especialmente por intermédio do trabalho social com famílias, através
144 do PAIF, PAEFI e sua articulação com os demais Serviços, tais como o SCFV e benefícios oferecidos no
145 âmbito do SUAS. Frente às recomendações e construções coletivas feitas neste espaço por agentes
146 públicos, usuárias/os, trabalhadoras/es, representantes de entidades e sociedade civil organizada, em que
147 visa-se a defesa intransigente, conjunta dos direitos sociais e das políticas públicas conquistadas, bem
148 como, trabalha-se contra os processos de retrocesso e desfinanciamento, reafirmamos nosso
149 posicionamento coletivo em defesa da Política de Assistência Social, da proteção social, da garantia de
150 direitos como resposta a um Estado Democrático de direito, e ratificamos desta forma, nosso compromisso
151 com o Sistema Único de Assistência Social. Com a conclusão da elaboração da carta, a mesa encerrou as
152 atividades da reunião ordinária ampliada e descentralizada do CEAS/PR. Esta Ata foi elaborada pela
153 Secretária Executiva Thamiris Guerra Sgorlon